



Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE TERESÓPOLIS
Secretaria Municipal de Fazenda
Departamento de Contabilidade
Divisão de Contabilidade

DELIBERAÇÃO TCE-RJ Nº 285/2018

RELAÇÃO DE DOCUMENTOS DA **PRESTAÇÃO DE CONTAS DE** **GOVERNO DOS MUNICÍPIOS**

ANO-BASE 2022

EXERCÍCIO 2022



Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE TERESÓPOLIS
Secretaria Municipal de Fazenda
Departamento de Contabilidade
Divisão de Contabilidade

DELIBERAÇÃO TCE-RJ N° 285/2018

DADOS **INICIAIS**



Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE TERESÓPOLIS
Secretaria Municipal de Fazenda
Departamento de Contabilidade
Divisão de Contabilidade

DELIBERAÇÃO TCE-RJ Nº 285/2018

DADOS INICIAIS

**OFÍCIO DE ENCAMINHAMENTO PARA A
CÂMARA MUNICIPAL DE
TERESÓPOLIS.**



**PREFEITURA
TERESÓPOLIS**

**PREFEITURA DE TERESÓPOLIS - ESTADO DO RIO DE JANEIRO
GABINETE DO PREFEITO**

Ofício nº 118/2023/GP.

Teresópolis, 11 de abril de 2023.

A Sua Excelência o Senhor
JOSÉ LEONARDO VASCONCELLOS DE ANDRADE
Presidente da Câmara Municipal de Teresópolis

Assunto: **Encaminha Prestação de Contas de Governo Municipal - Exercício 2022.**

Senhor Presidente,

Encaminhamos a Vossa Excelência a Prestação de Contas de Governo Municipal, referente ao exercício de 2022, em anexo, conforme Deliberação TCE-RJ nº 285/2018.

Respeitosamente,


VINICIUS CARDOSO CLAUSSEN DA SILVA
= Prefeito =

ANEXO II
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
DELIBERAÇÃO TCE-RJ Nº 285/2018
RELAÇÃO DE DOCUMENTOS DA PRESTAÇÃO DE CONTAS DE GOVERNO DOS MUNICÍPIOS - ANO-BASE- 2022

DOCUMENTOS QUE DEVERÃO SER ENCAMINHADOS EM FORMATO PDF e EXCEL

Item	Documentos exigidos	Formato
10	Dados Iniciais	
10.1	Ofício de encaminhamento assinado pelo gestor.	
11	Instrumento de Planejamento	PDF
11.1	Lei do Plano Plurianual - PPA, que abrange o exercício, bem como das alterações porventura realizadas, contendo a indicação da data de publicação.	PDF
11.2	Lei das Diretrizes Orçamentárias - LDO, para o exercício, acompanhada do ANEXO DE METAS FISCAIS e demais elementos, bem como das alterações porventura realizadas (artigo 4º da Lei Complementar nº 101/00), contendo a indicação da data de publicação.	PDF
12	Orçamento Anual	
12.1	Lei dos Orçamentos Anuais - LOA, relativa ao exercício de 2022, acompanhada de todos os seus anexos, bem como das alterações porventura realizadas (artigo 2º da Lei Federal nº 4.320/64 e artigo 5º da Lei Complementar Federal nº 101/00), contendo a indicação da data de publicação.	PDF
12.2	Relação informando os códigos e as descrições das fontes de recursos utilizadas pelo município (Impostos e Transferências de Impostos, Próprios/Ordinários, Fundeb, FNDE, SUS, ROYALTIES, etc.).	PDF
12.3	Leis Autorizativas Específicas de abertura de créditos adicionais, <u>em ordem cronológica</u> , com a indicação da data de publicação. <i>Obs.1: Se for enviada a publicação da imprensa oficial, somente remeter a página na qual consta a lei;</i> <i>Obs.2: No caso de não ocorrência, enviar declaração de inexistência.</i>	PDF
12.4	Decretos de abertura de créditos adicionais, <u>em ordem cronológica</u> , com a indicação da data de publicação. <i>Obs.: Se for enviada a publicação da imprensa oficial, somente remeter a página na qual consta o decreto.</i>	PDF
12.5	Decreto Municipal que declarou situação caracterizada como estado de calamidade pública, no caso de abertura de créditos adicionais extraordinários no exercício de 2022. <i>Obs.: No caso de não ocorrência de créditos extraordinários, enviar declaração de inexistência.</i>	PDF
12.6	Decreto Estadual que homologou o estado de calamidade pública, caso tenham sido abertos créditos adicionais extraordinários. <i>Obs.: No caso de não ocorrência de créditos extraordinários, enviar declaração de inexistência.</i>	PDF
12.7	Elementos que comprovem que a Câmara Municipal tomou ciência dos Decretos que abram crédito adicional extraordinário. <i>Obs.: No caso de não ocorrência de créditos extraordinários, enviar declaração de inexistência.</i>	PDF
12.8	Documentação contábil comprovando a existência de saldo orçamentário (sobra) não utilizado no exercício de 2021, no caso de créditos adicionais especiais abertos em 2022, com base em leis autorizativas promulgadas nos últimos quatro meses do exercício de 2021.	PDF
12.9	Balancete contábil registrando o total do Ativo e do Passivo de cada fonte utilizada na abertura dos créditos adicionais utilizando como fonte de recurso o superávit financeiro do exercício anterior, nos moldes do Modelo 1 , acompanhado da respectiva documentação comprobatória do referido superávit.	PDF
12.10	Cálculo de apuração da respectiva tendência de excesso para o exercício ou documentação comprobatória do excesso de arrecadação, para cada Decreto, relativo aos créditos adicionais abertos com base em fonte de recurso de excesso de arrecadação.	PDF
13	Demonstrações Contábeis	
13.1	DEMONSTRATIVOS CONTÁBEIS - CONSOLIDADO (abrangendo todos os Órgãos, Entidades e Fundos Especiais da Administração Direta e Indireta do Município, incluindo os dados do Poder Legislativo e das Empresas Estatais Dependentes): a) ANEXO 1 – Demonstração da Receita e Despesa Segundo as Categorias Econômicas; b) ANEXO 2 - Demonstração da Receita e Natureza da Despesa segundo as categorias econômicas - Adendo III; c) ANEXO 8 - Demonstrativo da Despesa por Funções, Programas e Subprogramas conforme o vínculo com os recursos - Adendo VII; d) ANEXO 10 - Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada; e) ANEXO 11 - Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada; f) BALANÇO ORÇAMENTÁRIO, incluindo: f.1) Quadro da Execução de Restos a Pagar Não Processados e o de Restos a Pagar Processados e Não Processados Liquidados; f.2) Notas Explicativas acerca das receitas e despesas intraorçamentárias, se for o caso; g) BALANÇO FINANCEIRO; h) BALANÇO PATRIMONIAL, incluindo: h.1) Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes, apresentando o detalhamento das respectivas rubricas; h.2) Quadro do Superávit/Déficit Financeiro, cujo resultado deve ser igual à diferença apurada entre o Ativo Financeiro e o Passivo Financeiro; h.3) Notas Explicativas contendo o detalhamento das contas relevantes. i) DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS; j) ANEXO 16 - Demonstrativo da Dívida Fundada Interna; k) ANEXO 17 - Demonstrativo da Dívida Flutuante. <i>Obs.: O Anexo 10 deve ser encaminhado de forma analítica, de forma que seja possível evidenciar, por exemplo, as receitas de aplicação financeira do Fundeb e de Royalties.</i>	PDF
13.2	Relação dos cancelamentos de restos a pagar processados, registrados no Quadro da Execução de Restos a Pagar Processados e Não Processados Liquidados, contendo os casos de prescrição e demais justificativas, <u>totalizadas por justificativa e por Unidade Gestora</u> , na forma do Modelo 2 , acompanhado da documentação comprobatória.	PDF E EXCEL
13.3	BALANCETE CONTÁBIL ANALÍTICO - CONSOLIDADO, compreendendo o período de 01/01/2022 a 31/12/2022, detalhado até o 7º nível de desdobramento.	PDF
13.4	Comprovação da <u>consolidação</u> dos demonstrativos contábeis, nos moldes do Modelo 3 .	PDF E EXCEL

13.5	DEMONSTRATIVOS CONTÁBEIS - CÂMARA MUNICIPAL a) ANEXO 2 - Demonstração da Receita e Natureza da Despesa segundo as categorias econômicas - Adendo III b) ANEXO 8 - Demonstrativo da Despesa por Funções, Programas e Subprogramas conforme o vínculo com os recursos - Adendo VII c) ANEXO 11 - Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada d) BALANÇO ORÇAMENTÁRIO, incluindo: d.1) Quadro da Execução de Restos a Pagar Não Processados e o de Restos a Pagar Processados e Não Processados Liquidados; d.2) Notas Explicativas acerca das receitas e despesas intraorçamentárias, se for o caso. e) BALANÇO FINANCEIRO; f) BALANÇO PATRIMONIAL, incluindo: f.1) Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes, apresentando o detalhamento das respectivas rubricas; f.2) Quadro do Superávit/Déficit Financeiro, cujo resultado deve ser igual à diferença apurada entre o Ativo Financeiro e o Passivo Financeiro; f.3) Notas Explicativas contendo o detalhamento das contas relevantes. g) DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS; h) ANEXO 16 - Demonstrativo da Dívida Fundada Interna; i) ANEXO 17 - Demonstrativo da Dívida Flutuante.	PDF
13.6	DEMONSTRATIVOS CONTÁBEIS - FUNDO ESPECIAL DA CÂMARA a) ANEXO 2 - Demonstração da Receita e Natureza da Despesa segundo as categorias econômicas - Adendo III b) ANEXO 8 - Demonstrativo da Despesa por Funções, Programas e Subprogramas conforme o vínculo com os recursos - Adendo VII c) ANEXO 11 - Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada d) BALANÇO ORÇAMENTÁRIO, incluindo: d.1) Quadro da Execução de Restos a Pagar Não Processados e o de Restos a Pagar Processados e Não Processados Liquidados; d.2) Notas Explicativas acerca das receitas e despesas intraorçamentárias, se for o caso. e) BALANÇO FINANCEIRO; f) BALANÇO PATRIMONIAL, incluindo: f.1) Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes, apresentando o detalhamento das respectivas rubricas; f.2) Quadro do Superávit/Déficit Financeiro, cujo resultado deve ser igual à diferença apurada entre o Ativo Financeiro e o Passivo Financeiro; f.3) Notas Explicativas contendo o detalhamento das contas relevantes. g) DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS; h) ANEXO 16 - Demonstrativo da Dívida Fundada Interna; i) ANEXO 17 - Demonstrativo da Dívida Flutuante. <i>Obs.: Caso o município não possua Fundo Especial da Câmara, encaminhar declaração de inexistência.</i>	PDF
13.7	DEMONSTRATIVOS CONTÁBEIS - ÓRGÃO DA PREVIDÊNCIA a) ANEXO 8 - Demonstrativo da Despesa por Funções, Programas e Subprogramas conforme o vínculo com os recursos - Adendo VII b) ANEXO 10 - Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada c) ANEXO 11 - Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada d) BALANÇO ORÇAMENTÁRIO, incluindo: d.1) Quadro da Execução de Restos a Pagar Não Processados e o de Restos a Pagar Processados e Não Processados Liquidados; d.2) Notas Explicativas acerca das receitas e despesas intraorçamentárias, se for o caso. e) BALANÇO FINANCEIRO f) BALANÇO PATRIMONIAL, incluindo: f.1) Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes, apresentando o detalhamento das respectivas rubricas; f.2) Quadro do Superávit/Déficit Financeiro, cujo resultado deve ser igual à diferença apurada entre o Ativo Financeiro e o Passivo Financeiro; f.3) Notas Explicativas contendo o detalhamento das contas relevantes. g) DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS h) DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA i) ANEXO 16 - Demonstrativo da Dívida Fundada Interna j) ANEXO 17 - Demonstrativo da Dívida Flutuante <i>Obs.: Caso o município não possua RPPS, encaminhar declaração de inexistência.</i>	PDF
13.8	DEMONSTRATIVOS CONTÁBEIS - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE a) ANEXO 8 - Demonstrativo da Despesa por Funções, Programas e Subprogramas conforme o vínculo com os recursos - Adendo VII b) ANEXO 10 - Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada c) ANEXO 11 - Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada d) BALANÇO ORÇAMENTÁRIO, incluindo: d.1) Quadro da Execução de Restos a Pagar Não Processados e o de Restos a Pagar Processados e Não Processados Liquidados; d.2) Notas Explicativas acerca das receitas e despesas intraorçamentárias, se for o caso. e) BALANÇO FINANCEIRO f) BALANÇO PATRIMONIAL, incluindo: f.1) Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes, apresentando o detalhamento das respectivas rubricas; f.2) Quadro do Superávit/Déficit Financeiro, cujo resultado deve ser igual à diferença apurada entre o Ativo Financeiro e o Passivo Financeiro; f.3) Notas Explicativas contendo o detalhamento das contas relevantes. g) DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS h) ANEXO 16 - Demonstrativo da Dívida Fundada Interna i) ANEXO 17 - Demonstrativo da Dívida Flutuante	PDF
14	Educação	
14.1	Documentação contábil comprobatória das despesas realizadas (empenhadas, liquidadas e pagas) na função 12 (educação), por subfunção (361, 365, etc.), por fonte de recurso, no exercício de 2022.	PDF
14.2	Balancete Contábil de verificação, nos moldes do Modelo 4 da Deliberação TCE-RJ nº 285/18, demonstrando a disponibilidade financeira e obrigações específicas do Ensino - MDE, na fonte de recurso Impostos e Transferências de Impostos, no exercício de 2022, <u>acompanhado dos seguintes documentos</u>: 14.2.1 - Quadro auxiliar das disponibilidades financeiras das contas da educação na fonte Impostos e Transferências de Impostos (conta corrente e aplicação financeira), na forma do Modelo 5 e QUADROS I e II. <i>Obs.: Os QUADROS I e II também deverão ser encaminhados no formato EXCEL.</i> 14.2.2 - Extratos bancários das contas da educação referentes à fonte Impostos e Transferências de Impostos (conta corrente e aplicação financeira), relativos ao mês de dezembro de 2022. 14.2.3 - Relação contábil de Restos a Pagar Processados e Não Processados, <u>separadas e totalizadas por exercício</u>, da fonte Impostos e Transferências de Impostos na educação existentes em 31/12/2022. 14.2.4 - Relação contábil das Consignações/DDO e outros passivos financeiros da fonte de Impostos e Transferências de Impostos da educação existentes em 31/12/2022.	PDF E EXCEL

14.3	Relação contábil contendo os cancelamentos de Restos a Pagar (Processados e Não Processados) da Função 12 – Educação, da fonte de recursos Impostos e Transferências de Impostos, realizados no exercício de 2022, <u>dos últimos cinco anos (2017 a 2021), separados e totalizados por exercício.</u> <i>Obs.: No caso de não ocorrência, enviar declaração de inexistência.</i>	PDF
14.4	Relação das despesas de exercícios anteriores (DEA) empenhadas, liquidadas e pagas computadas na Função 12 - Educação, por subfunção, nas fontes de recursos Impostos e Transferências de Impostos e Fundeb, conforme Nota Técnica n.º 05/2022, <u>contendo as seguintes certificações do controle interno:</u> (i) de que as despesas não foram consideradas em exercícios anteriores; (ii) que atendam aos critérios previstos no art. 37 da Lei Federal nº 4.320/64; e (iii) que as despesas podem ser qualificadas como despesas em MDE, conforme critérios estabelecidos pelo art. 70 da LDB.	PDF E EXCEL
14.5	Relação dos restos a pagar pagos, no exercício de 2022, <u>referentes aos últimos cinco anos (2017 a 2021), separados e totalizados por exercício</u> , que não possuíam disponibilidade de caixa nos respectivos exercícios de referência, computados na Função 12 - Educação, nas fontes de recursos Impostos e Transferências de Impostos e Fundeb, contendo as seguintes certificações do controle interno, conforme orientações da Nota Técnica n.º 05/2022: (i) que as despesas não tenham sido consideradas no exercício anterior; (ii) que as despesas possam ser qualificadas como despesas em MDE, conforme critérios estabelecidos pelo art. 70 da LDB; (iii) que o valor a ser considerado no cômputo da aplicação mínima em MDE represente a parcela que excede ao montante de RP pago que possuía disponibilidade de caixa em 31/12 do ano anterior; (iv) que os restos a pagar pagos no exercício para fins de apuração do limite mínimo aplicado em MDE, cujas despesas não foram consideradas no exercício anterior por falta de disponibilidade financeira, foram pagos com recursos de impostos e transferências de impostos.	PDF E EXCEL
15	Fundeb	
15.1	Documentação contábil comprobatória das despesas realizadas no ensino no exercício de 2022 (empenhadas, liquidadas e pagas) na fonte de recurso Fundeb, informando a parcela referente à remuneração dos profissionais da educação (70%) e à parcela referente às demais despesas (30%) separadamente.	PDF
15.2	Decretos referentes aos créditos adicionais abertos com base em fonte de recurso do superávit financeiro da conta Fundeb do exercício anterior (2021).	PDF
15.3	Balancete Contábil de verificação, nos moldes do Modelo 4 da Deliberação TCE-RJ nº 285/18, demonstrando a disponibilidade financeira e obrigações específicas do Ensino - MDE na fonte de recurso Fundeb, <u>acompanhado dos seguintes documentos:</u> 15.3.1 - Quadro auxiliar das disponibilidades financeiras das contas da educação na fonte Fundeb (conta corrente e aplicação financeira), na forma do Modelo 5 e QUADROS I e II. <i>Obs.: Os QUADROS I e II também deverão ser encaminhados no formato EXCEL.</i> 15.3.2 - Extratos bancários das contas do Fundeb do período de janeiro a 31 de dezembro de 2022 (conta corrente e aplicação financeira). 15.3.3 - Relação contábil de Restos a Pagar Processados e Não Processados, <u>separadas e totalizadas por exercício</u> , da fonte Fundeb, existentes em 31/12/2022. 15.3.4 - Relação contábil das Consignações/DDO e outros passivos financeiros da fonte Fundeb existentes em 31/12/2022.	PDF E EXCEL
15.4	Relação contábil contendo os cancelamentos de Restos a Pagar (Processados e Não Processados) da Função 12 – Educação, da fonte de recursos Fundeb, referente a parcela de 30%, realizados no exercício de 2022, <u>dos últimos cinco anos (2017 a 2021), separados e totalizados por exercício.</u> <i>Obs.: No caso de não ocorrência, enviar declaração de inexistência.</i>	PDF
15.5	Relação contábil contendo os cancelamentos de Restos a Pagar (Processados e Não Processados) da Função 12 – Educação, da fonte de recursos Fundeb, referente a parcela de 70%, realizados no exercício de 2022, <u>dos últimos cinco anos (2017 a 2021), separados e totalizados por exercício.</u> <i>Obs.: No caso de não ocorrência, enviar declaração de inexistência.</i>	PDF
15.6	Documentação comprobatória do ressarcimento efetuado à conta do Fundeb no exercício, se for o caso.	PDF
15.7	Parecer emitido pelo Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundeb, a propósito da repartição, transferência e aplicação dos recursos do Fundeb, abrangendo todo o exercício de 2022 (parágrafo único do artigo 31 da Lei nº 14.113/20). <i>Obs.: No caso do parecer não ter sido emitido, encaminhar declaração informando os motivos que não permitiram a sua elaboração.</i>	PDF
16	Saúde	
16.1	Documentação contábil comprobatória das despesas empenhadas, liquidadas e pagas no exercício de 2022, realizadas em ações e serviços públicos de saúde - ASPS (função 10), por grupo de natureza da despesa, independente da fonte de recurso.	PDF
16.2	Documentação contábil comprobatória das despesas empenhadas, liquidadas e pagas no exercício de 2022, realizadas em ações e serviços públicos de saúde - ASPS (função 10), por fonte de recurso.	PDF
16.3	Balancete Contábil de verificação, nos moldes do Modelo 4 da Deliberação TCE-RJ nº 285/18, demonstrando a disponibilidade financeira e obrigações específicas da saúde, na fonte de recurso Impostos e Transferências de Impostos, no exercício de 2022, <u>acompanhado dos seguintes documentos:</u> 16.3.1 - Quadro auxiliar das disponibilidades financeiras das contas da saúde na fonte Impostos e Transferências de Impostos (conta corrente e aplicação financeira), na forma do Modelo 5 e QUADROS I e II. <i>Obs.: Os QUADROS I e II também deverão ser encaminhados no formato EXCEL.</i> 16.3.2 - Extratos bancários das contas da saúde referentes à fonte Impostos e Transferências de Impostos, relativos ao mês de dezembro de 2022. 16.3.3 - Relação contábil de Restos a Pagar Processados e Não Processados, <u>separadas e totalizadas por exercício</u> , da fonte Impostos e Transferências de Impostos na saúde existentes em 31/12/2022. 16.3.4 - Relação contábil das Consignações/DDO e outros passivos financeiros da fonte de Impostos e Transferências de Impostos da saúde existentes em 31/12/2022.	PDF E EXCEL
16.4	Relação contábil contendo os cancelamentos de Restos a Pagar (Processados e Não Processados) da Função 10 – saúde, da fonte de recursos Impostos e Transferências de Impostos, realizados no exercício de 2022, <u>dos últimos cinco anos (2017 a 2021), separados e totalizados por exercício.</u> <i>Obs.: No caso de não ocorrência, enviar declaração de inexistência.</i>	PDF
16.5	Atas das Audiências Públicas realizadas nos meses de fevereiro/2022 (referente ao 3º quadrimestre/2021), maio/2022 (referente ao 1º quadrimestre/2021) e setembro/2022 (referente ao 2º quadrimestre/2021), nas quais foram apresentados, pelo gestor do SUS, Relatórios detalhados referentes ao quadrimestre anterior (§ 5º e caput do artigo 36 da Lei Complementar n.º 141/12).	PDF
16.6	Comprovantes dos chamamentos para a participação nas Audiências Públicas (Lei Complementar Federal nº 141/12) mencionadas no item anterior.	PDF

16.7	Parecer do Conselho Municipal de Saúde quanto à fiscalização da aplicação dos recursos destinados às ações e serviços públicos de saúde, abrangendo todo o exercício de 2022 (§ 3º, artigo 77 do ADCT c/c § 3º, artigo 36 da Lei Complementar n.º 141/12). <i>Obs.: No caso do parecer não ter sido emitido, encaminhar declaração informando os motivos que não permitiram a sua elaboração.</i>	PDF
17	Demais Assuntos	
17.1	Leis que autorizaram a realização das Operações de Crédito, das Operações de Crédito por Antecipação da Receita Orçamentária (ARO) e das Garantias e Contragarantias de Valores, realizadas no exercício de 2022, com a indicação da data de publicação. <i>Obs.: No caso de não ocorrência, enviar declaração de inexistência.</i>	PDF
17.2	Atas das Audiências Públicas realizadas até o final dos meses de fevereiro/2022 (referente ao 3º trimestre/2021), maio/2022 (referente ao 1º trimestre/2022) e setembro/2022 (referente ao 2º trimestre/2022) em cumprimento ao disposto no § 4º do art.9º da Lei Complementar Federal nº 101/00.	PDF
17.3	Comprovações dos chamamentos para a participação nas Audiências Públicas (Lei Complementar Federal nº 101/00) mencionadas no item anterior.	PDF
17.4	Documentação contábil comprobatória das despesas empenhadas, liquidadas e pagas no exercício de 2022, por Grupo de Natureza da Despesa – GND, na fonte de Recurso dos <i>Royalties</i> . <i>Obs.: Deve incluir as despesas com recursos da Lei Federal 12.858/13 (Pré-Sal).</i>	PDF
17.5	Documentação contábil comprobatória dos recursos financeiros dos <i>Royalties</i> repassados ao RPPS para capitalização do Instituto no exercício de 2022.	PDF
17.6	Documentação contábil comprobatória das despesas empenhadas, liquidadas e pagas no exercício de 2022, por função, custeadas com <i>Royalties</i> . <i>Obs.: Deve incluir as despesas com recursos da Lei Federal 12.858/13 (Pré-Sal).</i>	PDF
17.7	Demonstrativo dos valores aplicados nas áreas de Educação e Saúde no exercício de 2022, com recursos recebidos de <i>Royalties</i> previsto na Lei Federal n.º 12.858/13, e dados referentes aos balancetes de verificação, indicando a disponibilidade financeira e as obrigações, das fontes de educação e saúde (Pré-Sal), em separado, nos moldes do Modelo 6, acompanhado da respectiva documentação contábil comprobatória. 17.7.1 - Extratos bancários das contas referentes à <i>royalties</i> da Lei Federal n.º 12.858/13 - Educação (Pré-Sal) e Saúde (Pré-Sal) (conta corrente e aplicação financeira), relativos ao mês de dezembro de 2022.	PDF
17.8	Demonstrativo dos valores aplicados com recursos recebidos a título de cessão onerosa prevista na Lei Federal n.º 13.885/19 nos exercícios de 2020, 2021 e 2022, e dados referentes ao balancete de verificação, indicando a disponibilidade financeira e as obrigações da fonte cessão onerosa, nos moldes do Modelo 7, acompanhado da respectiva documentação contábil. 17.8.1 - Extratos bancários das contas referentes à cessão onerosa prevista na Lei Federal n.º 13.885/19 (conta corrente e aplicação financeira), relativos ao mês de dezembro de 2022.	PDF
17.9	Relatórios de Avaliação Atuarial anual do Regime Próprio de Previdência Social, realizado por técnico habilitado ou entidade independente e legalmente habilitada, anos-base 31/12/2021 e 31/12/2022, observados os parâmetros gerais para a organização e revisão do plano de custeio e benefícios.	PDF
17.10	Declaração subscrita pelo Chefe do Executivo Municipal informando, em caso de déficit atuarial, as medidas adotadas para o equacionamento do referido déficit, acompanhada de comprovação do plano de amortização e/ou segregação de massas, bem como de outras medidas adotadas.	PDF
17.11	Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadação Consolidada, referente ao exercício de 2021 - ANEXO 10 da Lei Federal nº 4.320/64, conforme artigo 101 do mesmo diploma legal.	PDF
17.12	Comprovante de devolução da sobra financeira efetuada pela Câmara Municipal à Prefeitura relativa ao orçamento de 2022.	PDF
17.13	Relatório do Órgão Central do Controle Interno do Poder Executivo (incisos I e II do artigo 74 da Constituição Federal/88), com o conteúdo mínimo a seguir descrito: a) demonstração das alterações orçamentárias efetuadas no exercício de 2022, indicando o orçamento inicial, suas alterações (créditos suplementares, especiais e extraordinários) e o orçamento final, este consoante ao registrado pela contabilidade como despesa total autorizada - anexo 11 - consolidado; b) cumprimento às normas constitucionais e legais, quanto: b.1) à Consolidação das Contas Públicas (inciso III, artigo 50 da LRF); b.2) ao Limite para Abertura de Créditos Adicionais estabelecido na LOA (inciso I do artigo 7º da Lei Federal nº 4.320/64); b.3) à Autorização para Abertura de Créditos Adicionais e à existência das respectivas Fontes de Recursos (inciso V, artigo 167 da CF/88); b.4) aos Limites com Endividamento: Operações de Crédito, Dívida Consolidada Líquida – DCL, Concessão de Garantias (Resoluções do Senado Federal nos 40/01 e 43/01); b.5) ao Limite com Gastos com Pessoal (artigo 20 da Lei Complementar Federal nº 101/00); b.6) aos Limites com Gastos em FUNDEB e Educação (Lei Federal nº 14.113/20, artigo 212 da CF/88 e artigos da Lei Orgânica Municipal); b.7) ao Limite com Gasto em Saúde (Emenda Constitucional nº 29/00 c/c o artigo 7º da Lei Complementar nº 141/12 e artigos da Lei Orgânica Municipal); b.8) à Aplicação dos recursos dos <i>Royalties</i> (artigo 8º da Lei Federal nº 7.990/89, alterada pela Lei Federal nº 10.195/01, Lei Federal nº 12.858/13 e Lei Federal n.º 13.885/19); b.9) à Transferência Financeira para a Câmara Municipal (artigo 29-A da CF/88); b.10) ao Repasse das Contribuições Previdenciárias (artigo 40 da CF/88 c/c o inciso II, artigo 1º da Lei Federal nº 9.717/98) e Parcelamentos; b.11) Outros Aspectos Relevantes (especificar). c) avaliação do cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execução dos programas de governo e do orçamento; d) comprovação da legalidade e avaliação dos resultados, quanto à eficácia e eficiência da gestão orçamentária, financeira e patrimonial, nos órgãos e entidades da administração municipal, bem como a aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado; e) informações a respeito do controle efetuado nas operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres do município. f) atestado de fidedignidade e compatibilidade dos documentos confeccionados nos moldes dos Modelos 01, 03 a 13, 15 a 17, 19 a 24 e 26 e respectivos quadros extracontábeis com os registros constantes do sistema contábil do município. g) especificar as medidas adotadas no sentido de alertar a administração municipal quanto às providências a serem implementadas para a melhoria da gestão governamental.	PDF
17.14	Certificado de Auditoria elaborado pelo Controle Interno, com parecer conclusivo sobre a regularidade ou irregularidade das contas dos responsáveis, conforme disposto no Anexo da Deliberação TCE-RJ nº 285/18. <i>Obs.: Certificado de Auditoria deve conter a assinatura do contador e o número de seu CRC.</i>	PDF
17.15	Informações acerca das providências adotadas para cumprimento das determinações deste Tribunal contidas no relatório da última Prestação de Contas de Governo do Município apreciada pelo TCE, nos moldes do Modelo 8.	PDF

17.16	Relação contendo os endereços eletrônicos de onde se encontram as seguintes informações no sítio da Internet do Município (Portal da Transparência), conforme inciso XXXIII, artigo 5º da CF/88 c/c a Lei Federal nº 12.527/11 e o artigo 48 da Lei Federal nº 101/00: a) Lei do Plano Plurianual - PPA, que abrange o exercício, acompanhada dos respectivos ANEXOS, bem como das cópias das alterações porventura realizadas, contendo a indicação da data de publicação; b) Lei das Diretrizes Orçamentárias - LDO, para o exercício, acompanhada do ANEXO DE METAS FISCAIS e demais elementos, bem como da cópia das alterações porventura realizadas; c) Lei dos Orçamentos Anuais - LOA, relativa ao exercício de 2022, acompanhada de todos os seus anexos, bem como cópia das alterações porventura realizadas (artigo 2º da Lei Federal nº 4.320/64 e artigo 5º da Lei Complementar Federal nº 101/00), contendo a indicação da data de publicação; d) Leis Autorizativas Específicas de abertura de créditos adicionais, com a indicação da data de publicação; e) Decretos de abertura de créditos adicionais, com a indicação da data de publicação; f) Decreto Municipal que declarou situação caracterizada como estado de calamidade pública, no caso de abertura de créditos adicionais extraordinários no exercício de 2022; g) Balanços e Demonstrativos Contábeis da execução orçamentária; h) Atas das Audiências Públicas das Metas Fiscais e da Saúde e os seus respectivos comprovantes de chamamento (Lei Complementar nº 101/00 e 141/12); i) Pareceres dos Conselhos do Fundeb e da Saúde; j) Pareceres Prévios emitidos nas Contas de Governo Municipais; l) ações realizadas com os recursos recebidos de Emendas Impositivas, na modalidade transferência especial sem finalidade definida e com finalidade definida, conforme EC nº 105/19.	PDF
17.17	Demonstrativo dos valores recebidos da União, por intermédio de Emenda impositiva, na modalidade transferência especial, sem finalidade definida, conforme EC nº 105/19, discriminando a aplicação dos recursos pelo Município, <u>totalizados por emenda</u> , na forma do Modelo 9 .	PDF E EXCEL
17.18	Demonstrativo dos valores recebidos da União, por intermédio de Emenda impositiva, na modalidade transferência com finalidade definida, conforme EC nº 105/19, discriminando a aplicação dos recursos pelo Município, <u>totalizados por emenda</u> , na forma do Modelo 10 .	PDF E EXCEL
17.19	Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e dos Restos a Pagar - Poder Executivo, por fonte de recursos, na forma do Modelo 11 .	PDF E EXCEL
17.20	Relatório Elaborado pelo Gestor sobre as auditorias de gestão do crédito tributário e das próprias receitas, na forma do Modelo 12 .	PDF

Obs. 1: Atentar que os dados preenchidos nos módulos do e-TCERJ estejam consonantes com os encaminhados nos formatos PDF e EXCEL;

Obs. 2: Atentar que a documentação contábil comprobatória (balancetes, relações e os demonstrativos contábeis) devem estar assinados digitalmente pelo responsável pelas contas e pelo responsável pelo setor contábil.